



# ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2021 ENCERRAMENTO DO DEBATE NA GENERALIDADE

28 de outubro 2020

## Discurso do Deputado Rui Rio

Senhor Presidente,  
Senhor Primeiro Ministro,  
Senhoras e senhores Membros do Governo,  
Senhoras e senhores Deputados,

A Assembleia da República debateu hoje o Orçamento do Estado para 2021 num quadro de fortes estrangulamentos económicos, sanitários e sociais.

Estamos todos conscientes do quanto a pandemia que estamos a viver condiciona e nos obriga a um acréscimo de rigor e preocupação para com o nosso futuro coletivo.

A par desta realidade, que ninguém pode negar, temos também os óbvios condicionamentos decorrentes da política económica e orçamental dos últimos cinco anos.

Quatro desses cinco anos, foram períodos de ambiente económico favorável que deveriam ter merecido uma governação mais virada para o futuro do País e menos preocupada em agradar às clientelas eleitorais do PS e dos partidos que, com ele, desenharam a linha de rumo que o País tem seguido.

A história e a ciência económica ensinam-nos que as crises são cíclicas e que, por isso, um Governo responsável sabe que, em épocas de crescimento, tem de preparar a economia para que ela consiga a robustez necessária para enfrentar os períodos de recessão; ou seja, para estar capaz de minorar os problemas sociais deles decorrentes.

Foi isso que o Governo não fez. Não fez o necessário esforço para fortalecer a nossa economia e as nossas finanças públicas no período de crescimento económico que tivemos entre 2015 e 2019.



Pior ainda: não lhe bastando usufruir da política monetária do Banco Central Europeu - que provocou uma grande baixa da fatura de juros da dívida pública e a subida dos dividendos do Banco de Portugal - o Governo resolveu aumentar a carga fiscal e baixar o investimento público, para, assim, poder subir ainda mais os seus gastos.

O valor da dívida pública baixou relativamente ao produto, mas subiu claramente em valor absoluto. Desperdiçamos um ciclo favorável, não só para a tentar trazer para patamares mais razoáveis, como, principalmente, para dinamizar a nossa economia do ponto de vista estrutural.

Estes objetivos não foram prosseguidos e, por isso, a margem de manobra de que o País hoje dispõe para enfrentar a crise económica e social é bem menor do que aquela que, em boa verdade, podia ser.

Em paralelo, deixaram-se degradar os serviços públicos, designadamente ao nível do Serviço Nacional de Saúde - que foi colecionando disfunções, cujo início remonta ao momento em que, de forma irresponsável, o Governo decidiu alterar o horário de trabalho da função pública sem cuidar de preparar o sistema para tal.

Hoje, temos um SNS com graves falhas na sua capacidade de resposta e com maiores dificuldades para responder à pandemia.

Podemos e devemos ter compreensão para muita coisa, mas não é possível tê-la para tudo.

A desorientação, a falta de diretrizes, as contradições permanentes ou a falta de recursos humanos, não são falhas que se possam aceitar numa área tão sensível para a vida de todos nós.

Também não é minimamente aceitável os centros de saúde não receberem as pessoas e, em muitas circunstâncias, nem sequer lhes atenderem o telefone.

Falta planeamento, mas falta, acima de tudo, consideração e respeito, designadamente por quem não tem outros meios para se tratar que não seja o serviço público de saúde.

Em março e em abril, quase tudo se poderia desculpar pela incerteza e pelo nível de desconhecimento de todos nós para responder com eficácia e segurança ao início da pandemia.



Mas, a partir daí, a sociedade foi adquirindo conhecimentos e o Governo foi começando a ter meios para preparar melhor o combate a uma segunda vaga que, com alta probabilidade, se desenhava no nosso horizonte.

Eu próprio, tive oportunidade de, em devido tempo, aqui questionar diretamente o Sr. Primeiro-ministro sobre esta questão.

Infelizmente, constatamos que essa preparação não foi devidamente programada durante os meses de Verão e, por isso, o País tem hoje mais dificuldades no combate à Covid-19 do que aquelas que, por natureza, sempre teria de ter.

É justo dizer-se que nunca seria possível um País estar totalmente preparado, mas também é justo afirmar-se que era obrigação de quem nos governa fazer o adequado planeamento da melhor resposta possível à segunda vaga.

Não é fácil de entender que coerência pode existir entre, por exemplo, a realização da festa do Avante, ou milhares de pessoas lado a lado num autódromo, e as medidas restritivas que, em paralelo, temos de impor à vida quotidiana dos portugueses.

Acresce que, pela incerteza e pela angústia que geram, as falhas na resposta sanitária em nada ajudam à recuperação económica, marcada pela imperiosa necessidade de combater o desemprego e reforçar o nosso tecido empresarial.

Este objetivo estratégico implica ter, necessariamente, uma política económica e orçamental de apoio às empresas que são quem, em primeira linha, pode combater a elevada taxa de desemprego com que nos debatemos.

Por influência ideológica da esquerda comunista, o Governo optou por apresentar uma proposta de Orçamento que esquece a importância determinante das empresas no relançamento da nossa economia.

São elas que produzem, que criam emprego, que exportam e que investem. E são também elas que, em sentido inverso, se não forem defendidas, irão produzir mais falências, mais desemprego e mais dificuldades sociais a muitos portugueses.

Esta proposta de Orçamento que o PS construiu com quem decidiu partilhar o seu projeto político, não olha para o nosso futuro. Tal como nos orçamentos anteriores, limita-se a olhar para o presente ... e quem vier atrás que feche a porta.

Em plena e gravíssima crise económica e sanitária, o Governo anunciou dar tudo ao mesmo tempo, com pouca lógica e fraco critério.



Para ele, importante é tentar convencer os portugueses que não há austeridade.

Pode haver desemprego e falências; pode haver milhares de trabalhadores em lay-off com cortes de um terço no seu vencimento; pode haver empresas sem capacidade para pagar os seus salários; pode haver setores da economia estagnados; pode haver regiões socialmente devastadas; pode haver famílias inteiras no desemprego; pode haver portugueses sem acesso às consultas médicas e às intervenções cirúrgicas que necessitam; pode até a taxa de mortalidade por patologias não-Covid estar muito acima do normal, que para o Governo o importante é ter o descaramento de dizer que, com ele, não há austeridade.

Chamemos-lhe, então, outro nome - porventura mais feio - porque o que estamos a viver é indubitavelmente um período de angústia, de incerteza e de sofrimento por parte de muitos milhares de portugueses.

O discurso vazio, obsessivo e sem sentido, repetido em cada canto e cada esquina que não há austeridade em nada a resolve. O que efetivamente ajudaria a resolver estas graves dificuldades seria termos um Governo com a capacidade para apresentar um Orçamento sem complexos ideológicos, que combatesse com a melhor eficácia possível os problemas que estão a massacrar o quotidiano dos portugueses.

Distribuir o que se tem por quem mais precisa, é justo e merece o nosso apoio e incentivo. Mas distribuir tudo ao mesmo tempo - o que se tem e o que se não tem - é empenhar o futuro e enganar as pessoas. É dar a falsa ilusão de uma facilidade que não é real e que, mais tarde, poderá ter de ser paga com desnecessário sofrimento.

É nas alturas difíceis que se vê quem tem a frieza e a coragem de, em nome do futuro, suportar com estoicidade as dificuldades do presente. São precisamente estes atributos que não encontramos nesta proposta de Orçamento. Nela, encontramos, sim, a incapacidade para, em nome do futuro, enfrentar com coragem a realidade do presente.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

O PSD continua a defender os seus objetivos de sempre, como o equilíbrio orçamental, o alívio fiscal sobre os contribuintes, a redução do endividamento, a capitalização das empresas, o apoio às exportações e ao investimento, a reforma da administração pública ou a redução da despesa pública estrutural.



Tudo matérias que um Governo suportado politicamente pela esquerda comunista despreza e combate, optando sempre pelo caminho inverso.

Conhecemos bem os constrangimentos que hoje espartilham a margem de manobra da política orçamental. Sabemos que não seria sério exigir o impossível. Mas é decisivo defender a mudança de rumo.

Não será possível, neste momento, uma enorme redução dos impostos, do défice ou da dívida, nem uma política agressiva de apoio à exportação e ao investimento. Mas, como disse, é absolutamente imprescindível mudar o rumo.

É possível acabar com uma política que apenas olha para o presente e iniciar, na justa medida do possível, um novo caminho de apoio coerente à produção e à competitividade da nossa economia.

Um novo caminho que, a médio prazo, consiga taxas de crescimento económico mais elevadas, que nos permitam ter melhores empregos e melhores salários para todos os portugueses.

Que nos permitam ter uma classe média maior, mais robusta e com melhor nível de vida.

Que, ao contrário das opções ideológicas da denominada geringonça, ou do que dela resta, nos permita acabar com os pobres e não com os ricos.

Aquilo que aflige um social-democrata não é a existência de ricos, é a existência de pobres. Por isso, apostar no futuro é apostar em elevar os mais desfavorecidos ao patamar de uma classe média de nível europeu.

Apostar apenas no presente, é perpetuar, com ligeiras variações, a situação de pobreza e de baixos salários que temos vivido em Portugal.

Senhor Presidente

Por todas as razões que enunciamos, o PSD vai votar contra esta proposta de Orçamento do Estado para 2021.

Fazemo-lo, também, com a tranquilidade de quem foi informado - por quem de direito - que o seu projeto tem de ser à esquerda e que, por isso, qualquer outro



sentido de voto do PSD não teria qualquer efeito em matéria de estabilidade económica ou de prevenção de uma inoportuna crise política.

Temos os pés bem assentes na terra. Guiamo-nos pelo interesse nacional e, assim sendo, renunciaremos sempre à demagogia, ao populismo e ao facilitismo.

É esta a nossa linha de rumo.

Foi, pois, com ela bem presente que, em consciência, tomamos a nossa decisão.